



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Raissa Lima Simplicio

**A PERCEÇÃO DOS JOVENS INDÍGENAS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA
NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE**

Orientador(a): Prof. Dr. Silvestre Coelho Rodrigues

JOÃO PESSOA
2024

RAÍSSA LIMA SIMPLÍCIO

**A PERCEÇÃO DOS JOVENS INDÍGENAS SOBRE O PAPEL DA
ESCOLA NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE**

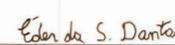
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof. Dr. Silvestre Coelho Rodrigues

Aprovado em: 22/10/2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Silvestre Coelho Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba


Prof. Dr. Eder da Silva Dantas (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S612p Símplicio, Raissa Lima.
A percepção dos jovens indígenas sobre o papel da escola na preservação da cultura e identidade / Raissa Lima Símplicio. - João Pessoa, 2024.
29 f. : il.
Orientação: Silvestre Coelho Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) - UFPB/CE.
1. Identidade cultural. 2. Educação indígena. 3. Psicopedagogia. I. Rodrigues, Silvestre Coelho. II. Título.
UFPB/CE CDU 316.72(043)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

RESUMO

O estudo investiga, sob uma perspectiva psicopedagógica, a percepção dos jovens indígenas sobre o papel da escola na preservação de sua cultura e identidade. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada com estudantes da Escola Cidadã Integral Índio Antônio Sinésio da Silva, utilizando um questionário estruturado e um questionário sociodemográfico para identificar a presença de conteúdos culturais indígenas no currículo e sua influência na construção da identidade cultural dos alunos. Os resultados evidenciam que a valorização da cultura e a revitalização da identidade são prioridades para esses jovens, destacando a importância de práticas educacionais que promovam inclusão e empoderamento cultural. A análise dos dados sugere que a Psicopedagogia desempenha um papel fundamental na mediação entre os saberes tradicionais e o currículo escolar, contribuindo para a preservação cultural e o fortalecimento da identidade dos estudantes indígenas.

Palavras-chave: Identidade cultural; Educação indígena; Psicopedagogia.

ABSTRACT

This study investigates, from a psychopedagogical perspective, how Indigenous youth perceive the role of school in preserving their culture and identity. The qualitative research was conducted with students from Escola Cidadã Integral Índio Antônio Sinésio da Silva, using a structured questionnaire and a sociodemographic questionnaire to identify the presence of Indigenous cultural content in the curriculum and its influence on the construction of students' cultural identity. The results show that the appreciation of culture and the revitalization of identity are priorities for these young people, highlighting the importance of educational practices that promote inclusion and cultural empowerment. The data analysis suggests that Psychopedagogy plays a fundamental role in mediating between traditional knowledge and the school curriculum, contributing to cultural preservation and the strengthening of the identity of Indigenous students.

Keywords: Cultural identity; Indigenous education; Psychopedagogy.

1 INTRODUÇÃO

A questão central deste estudo é investigar como a escola pode impactar a preservação da cultura e identidade dos jovens indígenas. Este estudo visa entender como os jovens indígenas percebem o papel da escola na manutenção de suas tradições e como a educação pode ser aprimorada para apoiar a preservação cultural. Com o enfoque sob a ótica psicopedagógica, visou identificar os processos educacionais que colaboram para a construção do jovem como sujeito social do seu meio cultural.

Diversas aldeias adotam a escola como um instrumento para a aquisição de conhecimentos sobre modos de vida externos e para estabelecer diálogos com as sociedades circundantes (Bergamaschi, 2008). Como também, a educação formal pode atuar como um veículo para o ensino e valorização das tradições culturais indígenas, ajudando a fortalecer a identidade cultural dos alunos. No entanto, currículos inadequados e a falta de representação cultural podem levar à assimilação e ao enfraquecimento das práticas culturais indígenas.

De acordo com Santos (1987), a escola é uma das bases para a preservação das identidades, uma vez que seu valor cultural preserva-se com mais segurança quando se torna institucional, defensivamente contra os preconceitos, criando um vínculo de respeito e equidade nas relações humanas. Esta valorização cultural reflete-se na interculturalidade e com as novas práticas pedagógicas que surgem com elas. Desta forma, a escola indígena apresenta-se como uma educação política, uma vez que a proposta de ensino enfatiza a transmissão de saberes da cultura, de forma que estabelece o sujeito indígena como cidadão portador dos seus direitos (Delmondez; Cavasin, 2014).

Os resultados deste trabalho pode orientar instituições escolares na adoção de estratégias que estimulem a aprendizagem e o empoderamento cultural dos seus discentes garantindo a sua identidade cultural, melhorando não apenas o desempenho escolar nas comunidades indígenas, mas também a relação entre o aluno e a escola, principalmente no que se refere ao acompanhamento do desenvolvimento psicossocial dos jovens nas práticas educativas pelos profissionais que atuam na área da educação, especificamente na Psicopedagogia.

A Psicopedagogia desempenha um papel fundamental no contexto escolar, contribuindo para a formação integral dos alunos e para a promoção de seu sucesso acadêmico e pessoal. Ela investiga os processos de aprendizagem, abordando dificuldades e transtornos, e realiza uma análise abrangente da instituição educacional, incluindo metodologias e currículos. Dessa forma, a Psicopedagogia não só reduz os índices de fracasso escolar, mas também estabelece práticas

educacionais personalizadas que favorecem o desenvolvimento pleno dos alunos, garantindo um ambiente seguro e eficiente para seu crescimento (Silva, 2012; Nascimento, 2013; Nogaro *et al.*, 2014).

O objetivo deste trabalho é investigar, sob uma perspectiva psicopedagógica, a percepção dos jovens indígenas sobre a contribuição da escola para a preservação de sua cultura e identidade. Assim como, (1) Identificar como os jovens indígenas percebem a presença e a importância dos conteúdos culturais indígenas no currículo escolar; (2) Rastrear como as práticas educacionais nas escolas podem influenciar a identidade cultural dos jovens indígenas; (3) Realizar uma análise Psicopedagógica consoante aos resultados.

A pesquisa começou com uma revisão da literatura existente sobre a relação entre direitos sociais e preservação cultural, focando particularmente na educação indígena. Será abordada a contribuição dos estudos da cultura de Clifford Geertz (1989), buscando investigar como as culturas não são fixas, mas estão em constante movimento e mudança, assim, impactando na identidade do indivíduo. Além disso, nas discussões foram abordadas as análises dos dados de encontro com a literatura, como também, correlacionando com a psicopedagogia.

Este estudo investigou como jovens indígenas percebem o papel da escola na preservação de sua cultura e identidade. Para abordar essa questão, o estudo será conduzido com uma amostra de alunos do ensino médio na Escola Cidadã Integral Índio Antônio Sinésio da Silva. Utilizando questionários, o estudo buscará identificar a importância dos conteúdos culturais indígenas no currículo e como as práticas educacionais influenciam a identidade cultural. A análise comparou essas percepções e explorou a relação entre Psicopedagogia e a preservação cultural, fornecendo uma visão sobre a efetividade das atividades escolares em relação à identidade cultural e direitos civis dos alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É importante entender como a cultura impacta na sociedade civilizadora para compreendemos a representação do homem como agente cultural. Mas afinal, como entender o conceito da cultura? Geertz (1989) corrobora a afirmação de que o entendimento desse fenômeno e sua relação com a humanidade é um desafio intrincado. Isto, pois, ao longo da história foi construído inúmeros conceitos sobre a cultura, por diversos profissionais e suas áreas de atuação, porém, ao tentar minuciar esse entendimento e a organização de tais informações a respeito, mais camadas surgem para ser investigadas na antropologia, tornando a tarefa de organizar e interpretar essas informações ainda mais difícil. Geertz afirma que, apesar de anos de pesquisas e progressos, os antropólogos ainda buscam maneiras de ordenar e compreender completamente essa complexidade

cultural. Conforme o autor, esta tarefa continua longe de ser concluída, uma vez que a cultura é dinâmica, multifacetada e não tem um ponto final de compreensão total.

A cultura se manifesta por meio de padrões de comportamento, como costumes, tradições e hábitos, organizados em sistemas e símbolos que orientam a vida em sociedade. Sem esses elementos culturais, o indivíduo perde sua capacidade de organização e orientação como membro da coletividade. Visto que a cultura é uma condição essencial para a existência humana, sendo a base de sua identidade e especificidade, a antropologia propõe uma nova perspectiva: a cultura é entendida como um conjunto de mecanismos de controle, como regras, planos e instruções, que governam o comportamento e dão sentido à vida social (Geertz, 1989).

Na sociedade contemporânea, há hostilidade quando o assunto é identidade indígena, ainda permeiam discursos etnocentristas ao colocar em evidência o indivíduo indígena como agente social e cultural. A obrigatoriedade legal para o reconhecimento cultural dos povos indígenas intensifica o preconceito e resistência, quando não é adequadamente refletida através da educação (Souza, 2012). Do mesmo modo, depreciando a cidadania e os direitos assegurados pela Constituição de 1988, ao qual estabelece, nos termos do capítulo VIII, Art. 231, o povo indígena como organização social, garantindo suas especificidades culturais (Brasil, 1988).

Historicamente o indivíduo indígena possui o perfil pejorativamente agregado à ausência de capacitação e autonomia, pessoas vivendo em comunidades em meio a natureza que necessitam ser protegidos e assegurados a uma tutela jurídica. Esse conflito social pressupõem estereótipos de indivíduos obsoletos e ignorantes diante aos avanços científicos, modelados por um pensamento urbano de um povo que demanda ser constantemente mediado a um aprendizado social (Baniwa, 2012). Tal pensamento é alimentado por diálogos preconceituosos que desvirtua a imagem do indivíduo indígena, na tentativa de descon siderar sua autossuficiência, na prática de decisões políticas.

Uma vez silenciada, as vozes e reivindicações dos povos indígenas contra o processo da colonização veio a público, de acordo com Oliveira (2016), apenas a partir do final da década de 1970. Tal movimento se deu pela visibilidade públicas das demarcações territoriais, ganhando o respaldo de diferentes atores sociais, sendo eles: a igreja, a universidade e grupos de direitos humanos. Esta ampla rede apoio gerou conflitos ao levantar questionamentos das idealizações culturais dos povos indígenas através do Estado, dominando a postura paternalista diante dos povos originários. Este momento de ruptura social desafia as narrativas históricas e políticas predominantes sobre a formação e o desenvolvimento do Brasil.

A educação escolar indígena teve origem na era colonial embasada no objetivo de erradicar a cultura local pelos colonizadores portugueses, tal estratégia visava não somente domar os locais através da força militar para a integração do seu povo, mas, enfraquecer os laços entre os povos indígenas em eliminar suas línguas e costumes através dos jesuítas, e conquistar seus territórios para si. Entretanto, os povos indígenas possuíam seus próprios meios de educação, simbolizando o protesto contra o colonizador e de sua educação eurocêntrica (Ferreira; Zoia; Grando, 2020). Através desse investimento contra a cultura indígena, muitos elementos culturais se perderam através dos séculos. Porém, há resistência dos povos indígenas no resgate de suas identidades e tradições.

É possível observar a descaracterização cultural presente na ressignificação da sociedade indígena, ao qual quanto mais perto do urbanismo e longe da zona rural, mais o indígena necessita adaptar o seu perfil cultural à modernidade. No entanto, sua riqueza étnica e diversidade cultural os caracterizam como um grupo social singular, mantendo elementos simbólicos que individualizam e afirmam a sua identidade cultural, não anulando o valor cultural de suas tradições passadas, mas, ao contrário, preservando e adaptando essas práticas para enriquecer sua identidade contemporânea. (Souza, 2012; Ribeiro, 1977)

A resistência na manutenção do seu direito à diversidade cultural levanta bandeira na educação, o empoderamento das novas gerações que participam dos engajamentos políticos-organizacionais representam a grande maioria das participações nas manifestações nacionais pelos seus direitos à cidadania. Essa mobilização do público juvenil indígena ganha respaldo nos campos políticos desde o ano de 2009 (Oliveira, 2017). Notavelmente, os responsáveis por esse movimento se encontram ao nível local, como nas aldeias e comunidade, pertinente para a articulação e o engajamento dos jovens, evidenciando a importância da participação ativa no plano local para a reivindicação de seus direitos culturais e políticos (Bergamaschi, 2008).

É através da escola e da comunidade local que os jovens observam o processo da cidadania, sendo formados e preparados através da educação formal pelas figuras de liderança. A preservação da cultura deixa de ser um assunto escolar para ser a realidade dos estudantes a medida que tomam consciência do seu eu e o poder de suas contribuições para a sua comunidade. Em concordância com Tapeba (2017), a escola indígena se diferencia das escolas tradicionais não apenas nos seus conteúdos culturais, mas na responsabilidade na transmissão de saberes, da resistência de suas identidades e terras, sendo este conflito imposto pelo processo colonizador através dos séculos.

3 METODOLOGIA

O delineamento do presente estudo adotará o método qualitativo, de caráter transversal e descritivo. Esse enfoque metodológico permite uma investigação profunda e abrangente da realidade estudada. Segundo Rudio (1985), as pesquisas descritivas buscam identificar correlações entre variáveis e dedicam-se não apenas à descoberta, mas também à análise minuciosa dos fatos, descritivos, classificatórios e interpretativos.

Além disso, a metodologia do estudo qualitativo, conforme discutido por Martins (2004), possibilita uma aproximação íntima com os dados, buscando interpretar e contextualizar a realidade social de maneira ampla e profunda. Este método enfoca principalmente a análise detalhada dos microprocessos nas interações sociais individuais e grupais, tratando as unidades sociais investigadas como totalidades complexas que exigem uma compreensão holística por parte do pesquisador. Assim como, de acordo com Rouquayrol (1994), a pesquisa transversal é caracterizada pela observação simultânea de fatores e efeitos em um único momento histórico, sendo amplamente utilizada atualmente.

Consoante o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) a população indígena do município de Marcação, localizado na Paraíba, se totaliza em 7.926. A pesquisa foi realizada com o grupo étnico Potiguara, na Escola Cidadã Integral Índio Antônio Sinésio da Silva (ECI), localizada na aldeia Brejinho, no município de Marcação, no estado da Paraíba.

Conforme a faixa etária objetiva, consideramos jovens, conforme a lei nº 12.852 (Brasil, 2013), às pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Com base nesses parâmetros, os dados desta pesquisa serão coletados especificamente com estudantes do ensino médio com idade igual ou acima dos 18 (dezoito) anos, cumprindo então as expectativas da faixa etária esperada para a seguinte pesquisa.

Os instrumentos de coleta da presente pesquisa se caracterizam como um questionário estruturado e um questionário sociodemográfico. O questionário sociodemográfico foi construído com intuito de delimitar e categorizar as seguintes informações para uma melhor análise de dados: sexo, aldeia que reside e série escolar. Tais dados solicitados possuem o objetivo de averiguar se o público alvo está sendo alcançado, assim, coletando informações necessárias para futuras estratégias apropriadas para a pesquisa em questão.

O questionário estruturado utilizado nesta pesquisa possui o tempo em média de 30 minutos, foi dividido em três partes, cada uma visando investigar aspectos específicos da relação entre a escola e a preservação da identidade cultural indígena, cada sessão contendo 4 perguntas norteadoras. A coleta de dados foi efetuado no período de julho de 2024 a outubro de 2024, por meio da ferramenta do *Google Forms*.

A Parte 1, intitulada “Conteúdos Culturais Indígenas no Currículo Escolar”, tem como foco a identificação da presença e da importância de elementos culturais indígenas inseridos no currículo escolar. A Parte 2, denominada “Práticas Educacionais e Apoio na Escola”, examina as metodologias educacionais aplicadas e o suporte oferecido aos estudantes indígenas no ambiente escolar. A Parte 3, intitulada “Apoio Psicopedagógico e Promoção Cultural”, visa compreender, de forma mais aprofundada, os benefícios que a psicopedagogia pode identificar no contexto educacional indígena.

Parte 1: Conteúdos Culturais Indígenas no Currículo Escolar	
1. Como você vê a presença de conteúdos culturais indígenas nas aulas? Você acha que esses temas são bem explorados?	2. Por que você acha que é importante ter conteúdos culturais indígenas no currículo escolar? Como isso pode ajudar a preservar a identidade cultural indígena?
3. Você percebe diferenças na forma como os conteúdos sobre cultura indígena são ensinados comparados a outros temas nas aulas? Se sim, que diferenças você vê?	4. Como você acha que a inclusão de conteúdos culturais indígenas nas aulas influencia sua visão sobre cidadania e direitos?
Parte 2: Práticas Educacionais e Apoio na Escola	
1. Como você vê a forma como a escola fala sobre os direitos dos povos indígenas? Existem práticas ou projetos na escola que você acha que ajudam a ensinar sobre esses direitos?	2. Você já teve alguma experiência em que a escola reconheceu e valorizou sua cultura indígena? Como isso aconteceu?
3. O que a escola poderia fazer para melhorar a conscientização sobre os direitos indígenas e ajudar na formação da cidadania dos estudantes indígenas? Você acha que as práticas atuais da escola são eficazes nesse aspecto?	4. Como você se vê como cidadão indígena dentro da escola e na sociedade? Quais são os principais desafios e oportunidades que você enfrenta, e qual é a importância do apoio dos professores nesse processo?
Parte 3: Reflexão Psicopedagógica e Promoção Cultural	
1. Como os programas de apoio na escola ajudam você a aprender mais sobre sua cultura indígena? Você sente que sua identidade cultural é valorizada nessas atividades?	2. De que maneira essas experiências de apoio influenciam sua aprendizagem e desenvolvimento, especialmente em relação à sua identidade cultural, cidadania e direitos?
3. Você acha que há mais oportunidades para incluir práticas específicas que ajudem os estudantes indígenas na escola? O que você acha que a escola poderia fazer para apoiar melhor os estudantes indígenas?	4. Quais foram os momentos mais importantes ou impactantes que você teve através dos programas de suporte ligados à sua cultura indígena?

Tabela 2. Questionário estruturado. Autoral.

O projeto de pesquisa está consoante as diretrizes da Resolução CNS nº 466 (Brasil, 2012) que estabelece as diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, buscando garantir os direitos, a dignidade e o bem-estar dos participantes. Essa resolução, emitida pelo

Conselho Nacional de Saúde, orienta a ética na condução de pesquisas científicas. Como também está consoante as diretrizes da Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), em seu artigo 3º, delinea os princípios éticos fundamentais que devem nortear os pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais. Incluindo o respeito à autonomia e liberdade dos envolvidos, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças culturais, sociais e religiosas, e a promoção da democracia por meio da socialização do conhecimento.

Além disso, destacam a importância da confidencialidade, do consentimento esclarecido, e da proteção contra qualquer forma de preconceito, risco ou dano aos participantes. A explicitação prévia desses princípios, como apresentado ao aplicar os instrumentos, visa assegurar que as relações de pesquisa não prejudiquem a autonomia ou segurança dos participantes.

Inicialmente, foi apresentado à escola o projeto de pesquisa, para solicitar a autorização para a realização dos instrumentos de pesquisa, assim como a solicitação da assinatura do responsável pela instituição para a carta de anuência. Prosseguindo essa etapa, o questionário sociodemográfico e semi-estruturado será apresentado aos estudantes em formato de Formulário *Online*, através da plataforma *Google Forms*.

Baseando-se na abordagem de análise de conteúdos de Bardin (2016), os seguintes dados foram analisados partindo do seguinte do processo do desenvolvimento de uma análise: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. O método de análise de dados adotada foi a análise categorial (Bardin, 2016), sendo então a prática mais antiga da metodologia na área da educação, utilizando-a para categorizar os materiais disponíveis e analisá-los sistematicamente e codificando os dados, visando esmiuçar os processos complexos da investigação, possibilitando a criação da ilação moral para os objetivos propostos da pesquisa (Valle e Ferreira, 2024).

4 RESULTADOS

Para a obtenção dos dados desta pesquisa, foram utilizados dois instrumentos: o questionário sociodemográfico e o questionário estruturado. O questionário sociodemográfico teve como objetivo caracterizar o perfil dos participantes, coletando informações relacionadas à idade, gênero, nível de escolaridade, entre outros aspectos relevantes. Já o questionário estruturado foi elaborado com perguntas direcionadas ao tema central da pesquisa, buscando explorar as percepções e opiniões dos participantes de forma mais detalhada e objetiva. Ambos os instrumentos contribuíram para a coleta de dados essenciais à análise dos resultados.

Ao iniciar o questionário todos concordaram em participar conforme os termos consoante as diretrizes da Resolução nº 510/2016, ao qual foi apresentado na introdução da pesquisa. A média de

idade dos participantes dessa pesquisa é aproximadamente 19,54 anos. Dos participantes, 23,08% têm dezoito anos (3 pessoas), 38,46% têm dezenove anos (5 pessoas), 23,08% têm vinte anos (3 pessoas), 7,69% têm vinte e um anos (1 pessoa), e 7,69% têm vinte e quatro anos (1 pessoa).

Dos 13 participantes, 61,54% dos participantes são da Aldeia Brejinho (8 pessoas), 7,69% são da Aldeia Camurupim (1 pessoa), 15,38% são da Aldeia Tramataia (2 pessoas), 7,69% são da Aldeia Jacaré de São Domingos (1 pessoa) e 7,69% são da Aldeia Grupiuna do Meio (1 pessoa). Sendo, 84,62% dos participantes cursam o terceiro ano do ensino médio (11 pessoas), enquanto 15,38% cursam o segundo ano do ensino médio (2 pessoas). O resumo dos resultados serão apresentados em forma tabular (tabela 1).

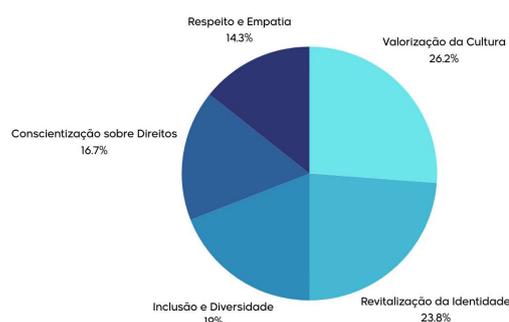
Categoria	Alternadas	Quantidade	Percentual
Idade	18	3	23,08%
	19	5	38,46%
	20	3	23,08%
	21	1	7,69%
	24	1	7,69%
Sexo	Feminino	6	46,2%
	Masculino	7	53,8%
Localidade	Aldeia Brejinho	8	61,54%
	Aldeia Tramataia	2	15,38%
	Aldeia Camurupim	1	7,69%
	Aldeia Grupiuna do Meio	1	7,69%
	Aldeia Jacaré de São Domingos	1	7,69%
Escolaridade	Terceiro Ano do Ensino Médio	11	84,62%
	Segundo Ano do Ensino Médio	2	15,38%

Tabela 1. Resumo do questionário sociodemográfico. Autoral.

Em relação aos resultados do questionário estruturado, houve 17 participantes, nas quais 13 participantes foram analisados e 4 participantes excluídos, sendo, 3 participantes anulados por não atingirem a idade estipulada para a pesquisa e 1 participante ao qual não possuía respostas significativas, como, por exemplo, a utilização de pontuação para finalizar a resposta obrigatória.

A análise dos dados possibilitou a classificação em três categorias temáticas: 1. Conteúdos culturais indígenas no currículo escolar; 2. O papel da escola na preservação cultural; 3. Experiências educacionais. Tais categorias exprimem as principais perspectivas dos participantes sobre a percepção dos adolescentes indígenas sobre o papel da escola na preservação da cultura e identidade.

A primeira categoria apresentada é o "Conteúdos culturais indígenas no currículo escolar". Esta categoria se remete às percepções que os participante possuem acerca dos componentes estudados em sua formação escolar. A análise dos dados coletados revela percepções significativas sobre a valorização da cultura e identidade indígena entre os participantes.



O código mais citado, foi a Valorização da Cultura (26,2%), com a maior porcentagem sugere que os jovens reconhecem a importância da escola em celebrar e promover suas tradições culturais. Isso indica um desejo de que as práticas culturais tradicionais sejam mantidas e visíveis no ambiente escolar, enfatizando a necessidade de um currículo que integre as tradições indígenas. Essa valorização pode ser um indicativo de que programas educacionais que promovam a história e as tradições indígenas são bem recebidos, contribuindo para a autoestima e a identidade da comunidade indígena.

O código Revitalização da Identidade (23,8%) mostra uma necessidade premente entre os jovens de reestabelecer conexões com suas raízes culturais, especialmente em um contexto de urbanização ou assimilação. Os jovens podem sentir que a escola tem um papel crucial nesse processo, ao oferecer oportunidades de resgatar e celebrar suas identidades. Projetos de resgate cultural, como oficinas de artesanato, dança e língua, são iniciativas valiosas para fortalecer essa identidade no ambiente escolar.

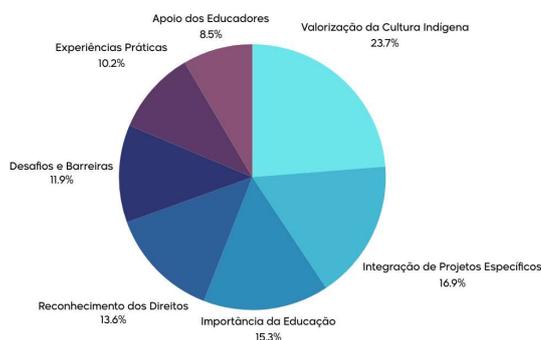
O código Inclusão e Diversidade (19%) revela que os jovens valorizam a inclusão de diferentes vozes e experiências no contexto escolar. O reconhecimento da diversidade nas comunidades indígenas é fundamental para a construção de um espaço educativo coeso. Assim, fomentar um diálogo intercultural que celebre essa diversidade pode contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo e representativo.

O código Conscientização sobre Direitos (16,7%) é outro aspecto importante, refletindo a necessidade de os jovens entenderem e reivindicarem seus direitos no contexto escolar e social. Essa conscientização é crucial para a luta por um reconhecimento e respeito adequados às suas culturas e identidades. Campanhas informativas e educativas sobre direitos civis e indígenas podem empoderar os jovens, auxiliando-os a se posicionar em relação às suas demandas.

Por fim, o código Respeito e Empatia (14,3%), embora tenha um percentual menor, é fundamental para fortalecer as relações entre os jovens indígenas e o restante da comunidade escolar. Essa percepção indica uma busca por um reconhecimento mais profundo das experiências vividas pelos jovens. Iniciativas que promovam o respeito mútuo, como eventos interétnicos e workshops de empatia, podem ajudar a construir pontes entre diferentes culturas, enriquecendo o ambiente escolar.

A análise sugere que a valorização da cultura e a revitalização da identidade são preocupações centrais dos jovens indígenas em relação aos “Conteúdos Culturais Indígenas no Currículo Escolar”. As categorias de inclusão, conscientização sobre direitos e respeito são igualmente importantes, ao permitirem que esses jovens sintam que suas vozes e experiências são reconhecidas e valorizadas.

A segunda categoria apresentada é a categoria “O Papel da Escola na Preservação Cultural”, a análise dos dados revela percepções cruciais sobre como a escola pode contribuir para a preservação cultural entre os jovens indígenas.



O código com a maior porcentagem, Valorização da Cultura (23,7%), indica que os jovens percebem a escola como um espaço fundamental para celebrar e promover suas tradições culturais. Essa valorização sugere um desejo dos jovens de que a escola não apenas ensine conteúdos acadêmicos, mas também se comprometa com a preservação e a transmissão de suas culturas, reforçando a importância de um currículo que respeite e inclua a diversidade cultural indígena.

O código Integração de Projetos Específicos (16,9%) é vista como uma estratégia eficaz para fomentar a cultura indígena no ambiente escolar. Os jovens reconhecem que a implementação de projetos voltados para a cultura indígena, como oficinas de arte, música, dança e tradições orais, pode enriquecer a experiência educativa. Esses projetos não apenas promovem o aprendizado sobre suas próprias culturas, mas também ajudam a sensibilizar os colegas não indígenas, criando um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

O código Importância da Educação (15,3%) é um aspecto fundamental mencionado pelos jovens, que reconhecem que a educação é essencial para a preservação cultural. Eles acreditam que, ao adquirir conhecimento e habilidades, conseguem defender e transmitir suas tradições culturais às futuras gerações. A escola, portanto, é vista como um agente de transformação e empoderamento, capaz de capacitá-los para serem os guardiões de sua cultura.

O código Reconhecimento dos Direitos (13,6%) é outra percepção importante, pois os jovens sentem que a escola deve ser um espaço onde seus direitos culturais sejam respeitados e promovidos. A inclusão de discussões sobre direitos indígenas no currículo escolar é fundamental para os jovens compreenderem e reivindicarem seus direitos, tanto na escola quanto na sociedade em geral.

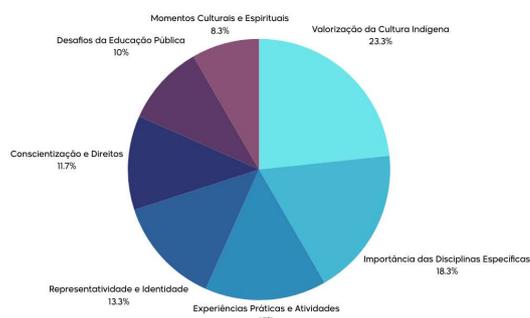
O código Desafios e Barreiras (11,9%) enfrentados pelos jovens ao tentar preservar suas culturas no ambiente escolar também são uma preocupação significativa. Esses desafios podem incluir a falta de recursos, a resistência de educadores ou a desinteresse de colegas. Reconhecer e abordar essas barreiras é essencial para a escola poder realmente cumprir seu papel na preservação cultural.

O código Experiências Práticas (10,2%) são mencionadas como uma forma efetiva de aprendizado. Os jovens valorizam oportunidades de aprender sobre suas culturas de maneira prática, como mediante festivais, apresentações culturais e visitas a comunidades indígenas. Essas experiências concretas ajudam a fortalecer a conexão dos jovens com suas tradições e identidades.

Por último, o código Apoio dos Educadores (8,5%) é visto como crucial para a implementação de ações que promovam a cultura indígena. Os jovens expressam a necessidade de educadores engajados e informados, que compreendam a importância da cultura indígena e incentivem a inclusão desses conteúdos no currículo. O apoio dos educadores pode fazer a diferença na forma como os jovens percebem e vivenciam sua cultura na escola.

A análise desta categoria evidencia que os jovens indígenas veem a escola como um espaço potencialmente poderoso para a preservação cultural. A valorização da cultura, a integração de projetos específicos e a importância da educação destacam-se como aspectos centrais na percepção desses jovens. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dos direitos, a superação de desafios, a valorização das experiências práticas e o apoio dos educadores são elementos fundamentais que podem facilitar ou dificultar o papel da escola na preservação da cultura indígena.

Considerando a terceira categoria "Experiências Educacionais", a análise dos dados revela percepções significativas sobre como as experiências educacionais influenciam a valorização da cultura e a construção da identidade entre os jovens indígenas.



A maior porcentagem desta categoria foi o código Valorização da Cultura (23,3%), que reflete a importância que os jovens atribuem a experiências educacionais que celebram e promovem suas tradições culturais. Esses jovens percebem que a escola pode ser um espaço onde suas culturas são reconhecidas e valorizadas, contribuindo para a construção de uma identidade positiva e fortalecida. Essa valorização sugere que experiências que incorporam a cultura indígena no currículo não apenas enriquecem o aprendizado, mas também auxiliam os jovens a se sentirem mais conectados às suas raízes.

O código Importância das Disciplinas Específicas (18,3%) é um aspecto destacado pelos jovens como fundamental para sua formação. Eles reconhecem que disciplinas que abordam temas indígenas e culturais, como História, Artes e Línguas, são essenciais para compreender sua identidade e preservar suas tradições. A inclusão dessas disciplinas no currículo escolar é vista como uma forma de legitimar e respeitar a cultura indígena, ao mesmo tempo, em que proporciona uma base sólida para a educação dos jovens.

O código Experiências Práticas e Atividades (15%) também são mencionadas como componentes essenciais da educação. Os jovens valorizam atividades práticas que lhes permitem vivenciar suas culturas, como danças, celebrações, artesanato e culinária. Essas experiências não apenas promovem um aprendizado significativo, mas também reforçam a identidade cultural, permitindo que os jovens se sintam parte de suas tradições de maneira ativa e envolvente.

O código Representatividade e Identidade (13,3%) destaca a necessidade de verem suas identidades refletidas no ambiente escolar. Os jovens acreditam ser crucial ter professores e educadores que compreendam suas culturas e experiências, pois isso facilita um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. Essa representatividade é fundamental para a construção de uma identidade positiva e para a promoção do respeito entre diferentes culturas na escola.

O código Conscientização e Direitos (11,7%) é um ponto importante na percepção dos jovens sobre sua educação. Eles enfatizam a necessidade de incluir discussões sobre direitos indígenas e conscientização cultural nas atividades escolares. Isso não só os empodera, mas também ajuda a construir um entendimento coletivo sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade cultural.

O código Desafios da Educação Pública (10%) também são uma preocupação significativa. Os jovens reconhecem que a educação pública enfrenta várias barreiras, como falta de recursos, infraestrutura inadequada e, em alguns casos, desinteresse por parte da administração escolar em incluir conteúdos relevantes para a cultura indígena. Esses desafios podem comprometer a qualidade da educação e a preservação cultural.

Por último, o código Momentos Culturais e Espirituais (8,3%) são percebidos como experiências educacionais valiosas. Os jovens destacam a importância de integrar momentos que celebrem a espiritualidade e as tradições culturais no ambiente escolar. Isso pode incluir festivais, rituais e eventos que permitam a vivência de suas práticas culturais, contribuindo para a construção de uma identidade forte e respeitada.

A análise da categoria “Experiências Educacionais” revela que os jovens indígenas valorizam a integração de suas culturas no ambiente escolar como uma forma de preservar sua identidade. A valorização da cultura, a importância das disciplinas específicas e as experiências práticas emergem como fatores cruciais na percepção dos jovens sobre o papel da escola na sua formação. Além disso, a representatividade, a conscientização sobre direitos, os desafios da educação pública e a inclusão de momentos culturais e espirituais são aspectos essenciais que devem ser considerados para a educação promover efetivamente a preservação da cultura e identidade indígena.

5. DISCUSSÃO

Ao considerar as três categorias: Conteúdos culturais indígenas no currículo escolar, o papel da escola na preservação cultural e experiências educacionais, através da lente da psicopedagogia, é possível identificar aspectos que contribuem para a formação da identidade cultural dos jovens indígenas e seu aprendizado, assim como, podemos observar o engajamento dos participantes a resgatar as tradições da cultura pertencentes. Para isso, identificamos a escola indígena como mediadora desse processo de ressignificação, uma vez pertencentes a uma educação inclusiva que busca o resgate étnico cultural, recuam ao currículo tradicional.

A contribuição de dois dos participantes da pesquisa traça o cenário, ao qual o primeiro participante declara “A nossa cultura foi perdida no decorrer dos anos. E ultimamente a cultura está sendo reacesa.”. O segundo participante afirma “Algumas escolas reconheceram e valorizaram a cultura indígena por meio de iniciativas como a inclusão da história e tradições indígenas no currículo”. Cerca de 98% dos participantes da presente pesquisa afirmam compreender a sua identidade cultural e a importância do dever das escolas em seus territórios com os conteúdos da educação indígena, ao promover a consciência e a preservação da cultura, como afirma um participante “Influência de forma positiva, pois buscamos aprender aquilo que de fato é nosso, ou seja, nossos costumes”.

No contexto da educação indígena, a questão da identidade assume uma complexidade particular. Stuart Hall (2006) argumenta que as identidades tradicionais, ligadas a um mundo social estável, estão em declínio, uma vez que a sociedade moderna está em constante transformação. Nesse processo de fragmentação, novas identidades emergem continuamente, o que dificulta definir a identidade de forma fixa ou conclusiva. Isso se reflete diretamente no cenário educacional indígena, onde os jovens precisam negociar constantemente entre suas identidades culturais herdadas e as demandas impostas pela modernidade e pela educação formal. A fragmentação da identidade, conforme sugerido por Hall, pode ser observada na forma como esses jovens lidam com a tensão entre a preservação de suas tradições culturais e a inserção em um sistema educacional que, muitas vezes, é alheio às suas particularidades culturais.

Ciampa (1990) complementa essa visão ao afirmar que a identidade é construída ao longo da vida, em um processo contínuo de transformação que ele denomina “metamorfose”. Essa metamorfose ocorre à medida que os indivíduos assumem novos papéis sendo influenciados por fatores históricos e sociais específicos. Para os jovens indígenas, a escola pode ser um espaço crucial onde essa metamorfose identitária acontece, enquanto a educação formal pode tanto

contribuir para o fortalecimento de suas identidades culturais quanto desafiar esses mesmos valores. No entanto, é importante lembrar que a identidade é um fenômeno dinâmico, não apenas um conceito teórico ou acadêmico, mas também uma questão profundamente social e política.

De acordo com Brostolin e Cruz (2010), atualmente o perfil do indivíduo indígena passa por transformações, com o sentimento de pertencimento sendo construído não apenas pela manutenção de valores tradicionais, mas também pela capacidade de interagir com as influências da cultura de consumo e da mídia. Nesse contexto, torna-se essencial repensar o papel da escola e o discurso que ela veicula, de modo a considerar as realidades contemporâneas dos povos indígenas, superando a abordagem centrada exclusivamente nos aspectos históricos e tradicionais. Tal observação pode ser salientada por uns dos participante:

Sim, há diferenças notáveis na forma dos conteúdos sobre cultura indígena. O conteúdo muitas vezes se concentra mais na história passada e nos aspectos tradicionais das culturas indígenas, deixando de lado a realidade contemporânea e os desafios enfrentados pelos povos indígenas hoje.

Portanto, é essencial dar ênfase ao currículo escolar como forma de autonomia, pois, como afirmam Gehrke, Sapelli e Faustino (2019), a escola indígena contemporânea possibilita que os próprios indígenas assumam um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, construindo e se apropriando de seus projetos político-pedagógicos e metodologias interculturalmente. Assim, a escola se harmoniza com a territorialidade dos povos, distanciando-se de um modelo colonizador e estabelecendo suas próprias regras de funcionamento, currículos e projetos pedagógicos, assegurando maior autonomia nas decisões educacionais. Podemos observar esse discurso presente nas falas da maioria dos participantes, citando esta contribuição como exemplo: “É de suma importância, pois vivemos um momento de revitalização da nossa identidade, onde podemos ser protagonistas da nossa história. A escola indígena adota como metodologia a revitalização da cultura indígena”.

O desafio inerente a este projeto de escola diferenciada reside em assegurar aos povos indígenas o estatuto de sujeitos de direitos sobre seus próprios conhecimentos e a transmissão de sua cultura no âmbito institucional do Estado democrático brasileiro, sem que ocorra a descaracterização de sua identidade distinta, mesmo quando inseridos no processo de construção de uma identidade nacional (Delmondez; Pulino, 2014). Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. Tal afirmação corrobora com as falas dos participantes, “Ajuda os estudantes a desenvolver uma consciência maior sobre a sociedade brasileira”, “Acho positivo

porque nos prepara para termos consciência dos nossos direitos e deveres.” e “É uma ótima forma de nos manter informados e conscientes dos nossos direitos”.

A formação de professores indígenas no Brasil apresenta-se como um desafio multifacetado, envolvendo a necessidade de adaptação às realidades culturais, linguísticas e históricas de diferentes comunidades indígenas. Ao contrário dos modelos uniformes adotados no sistema educacional geral, a formação de docentes indígenas demanda uma abordagem diversificada, considerando as especificidades socioculturais e as demandas locais. Conforme Fernandes (2009), as tentativas de criar um modelo único de formação têm se mostrado insuficientes, resultando em múltiplas iniciativas regionais que buscam responder de maneira mais eficaz às necessidades dessas populações.

Além da necessidade de valorização e incentivo, há uma constante demanda por reconhecimento adequado dos docentes e da qualidade de ensino. Os próprios estudantes indígenas ressaltam a importância de melhores condições de trabalho e de uma formação contínua para seus professores, como apontam nas falas a seguir: “Sempre tem que ter algo mais, ou seja, incentivos e valorização, mas vejo que falta valorização do governo do estado com a nossa educação. Paga mal, principalmente aos professores”.

A formação de professores indígenas no Brasil enfrenta diversos desafios, exigindo uma adaptação contínua às particularidades culturais e linguísticas das comunidades.

Nosso aprendizado é bom, porém, sabemos que o ensinamento público às vezes deixa muito a desejar. Então, claro que a capacitação dos professores é absolutamente primordial para nosso aprendizado, enquanto alunos.

Ao refletir sobre sua própria experiência, o aluno reconhece o suporte recebido dos professores e da gestão escolar, mas também destaca os desafios enfrentados pela falta de políticas públicas adequadas. Ele aponta a necessidade de maior valorização e ações concretas por parte do governo para fortalecer a educação indígena e a identidade cultural:

Me vejo como alguém que se identifica como indígena. Tenho o apoio dos professores e da gestão da escola, mas enfrento desafios, pois falta mais políticas públicas voltadas para a valorização dos indígenas.

Mesmo diante das dificuldades impostas pela falta de políticas públicas e investimentos voltados para a educação indígena, o aluno demonstra orgulho de sua herança e ressalta a importância do apoio recebido no ambiente escolar:

Me vejo como alguém que tem orgulho das minhas raízes. Apesar dos desafios e da falta de investimento por parte dos poderes públicos, vejo positivamente o apoio dos nossos professores.

No entanto, mesmo com iniciativas importantes no cenário nacional, como programas que visam fortalecer a formação de professores indígenas, problemas antigos ainda persistem. A desvalorização profissional e a precarização do trabalho são questões recorrentes que afetam diretamente o desenvolvimento e a motivação desses profissionais. Além disso, novos desafios emergem no contexto contemporâneo, como a terceirização da mão de obra docente e os frequentes questionamentos sobre o papel do professor na sala de aula em ambientes culturalmente diversos. A diversidade cultural brasileira, particularmente no que se refere às populações indígenas, exige uma maior valorização e adaptação da formação docente, de modo que os professores possam atuar como agentes não apenas de ensino formal, mas também de preservação e transmissão da cultura e da identidade de suas comunidades (FERNANDES, 2009).

Ao ser questionado sobre a importância do currículo indígena, um dos alunos enfatizou o papel crucial dos professores na educação, especialmente na valorização da identidade e cultura indígena. Ele ressaltou que, para compreender e respeitar a história de outras culturas, é fundamental primeiro conhecer e valorizar sua própria origem. O aluno exemplificou essa reflexão com o aprendizado obtido de seu professor:

De uma maneira importante, até porque, antes de conhecer a casa do outro, primeiro preciso conhecer a minha casa, ou seja, conhecer a minha história. Uso essa fala como exemplo, pois aprendi com o professor Genilson (participante).

As disciplinas escolares do ensino formal nacional foram estruturadas com base em um saber ocidental, priorizando o conhecimento ordenado e considerado verídico. Essa abordagem busca não apenas educar os indivíduos com conhecimentos categorizados como relevantes, mas também unificar o diálogo histórico. No entanto, a valorização desse ponto de vista gera uma falha na educação, ao favorecer uma cultura em detrimento de outras, que acabam dissipando saberes pouco explorados (Bonin, 2008). Como afirma um participante “A presença de conteúdos culturais indígenas nas aulas é fundamental para a formação de uma sociedade inclusiva. Muitas vezes, esses temas são sub explorados ou tratados superficialmente”.

É possível observar esse tipo de escolarização em escolas localizadas em comunidades de povos que já estão perdendo as tradições de sua cultura, resultando em uma defasagem maior e um

resgate cultural mais complexo, principalmente nos indivíduos mais jovens. Tais afirmações corroboram com a contribuição de dois dos participante da pesquisa:

A forma como a escola fala sobre os direitos dos povos indígenas pode variar bastante. Em muitas instituições, o tema é tratado de maneira superficial, sem aprofundar as questões históricas e sociais relevantes. No entanto, algumas escolas se esforçam para integrar esse tópico de maneira mais significativa (participante).

Esta crise cultural da contemporaneidade emerge identidades fragmentadas, decorrente da abundância de possibilidades que surgem através dos meios de comunicação, tal fenômeno afeta todos os âmbitos da vida do indivíduo. Este processo não é exclusivamente ligada a um povo, sendo um fator potencial a todos que convivem em sociedades. Assim, as identidades tradicionais nas sociedades indígenas estão se tornando cada vez mais ambíguas, tornando difícil a construção de uma biografia clara para essas comunidades (Oliveira, 2017). Nesse contexto, a escola indígena tem trabalhado para evitar esta catástrofe cultural, como declara um participante da pesquisa: “É de suma importância porque vivemos momentos de revitalização da nossa identidade, onde podemos ser protagonista da nossa história, e a escola indígena tem como metodologia a revitalização da cultura indígena!”.

A nova geração traz consigo novas possibilidades de comunicação, entender esta nova modelação cultural proposta pelos jovens permite maior engajamento político em busca dos seus direitos. Os jovens indígenas são os atores de novos modelos políticos e sociais que através da visibilidade dos movimentos, constrói uma nova imagem diante da sociedade, de luta e perseverança aos seus objetivos (Oliveira, 2017). Essa conciliação só é possível através da educação, sendo a escola a principal ponte entre a comunidade indígena e as políticas públicas, como podemos observar na fala a seguir de um dos participantes “Vejo de forma objetiva, pois nos leva a refletir sobre a importância dos nossos direitos e deveres, além de nos proporcionar a busca por essa valorização”.

As experiências educacionais são essenciais para o aprendizado significativo, e a psicopedagogia propõe que o aprendizado deva ser contextualizado e vivencial. Os jovens indígenas valorizam práticas que incorporam suas culturas e tradições, indicando a necessidade de uma abordagem pedagógica que considere as experiências vividas pelos alunos (Nogaro *et al.*, 2014), como acrescenta um participante “Influencia de forma positiva, pois buscamos aprender aquilo que, de fato, é nosso, ou seja, nossos costumes”. Na coleta de dados foi evidenciado as experiências culturais que a escola proporciona para os alunos, seja ela na sala de aula, estudando suas raízes ou no terreiro sagrado, praticando atos ritualistas voltados para a religião praticante dos antepassados, ao homenagear essas tradições os alunos se sentem mais pertencentes a sua etnia, compartilhando

entre os seus pares o cultivo da cultura. Como se evidencia na fala do participante “Quando vamos para o terreiro e começa o toré, esses são os momentos mais importantes e mais impactantes da nossa cultura. É algo que nos deixa arrepiados e orgulhos da nossa cultura”.

Um ponto a ser considerado é a importância das interações sociais e do ambiente emocional no desenvolvimento da identidade, uma vez que os próprios colaboradores desta pesquisa se identificam entre si e os reconhecem como parte do mesmo grupo, dessa forma, é possível observar como a socialização escolar pode influenciar a percepção dos alunos sobre sua cultura e fortalecer seu senso de pertencimento (Wallon, 1968). Ao serem questionados sobre as experiências educacionais que marcam ou marcaram a trajetória educacional, foi possível observar que grande parte dos participantes reconhecem a importância destes momentos proporcionados pela escola ao qual buscam o resgate cultural, especificamente as práticas religiosas, podemos observar tal afirmação nas seguintes contribuições: “Influencia os alunos a saber mais sobre a nossa religião”.

O bilinguismo na educação indígena exerce um papel crucial tanto no âmbito pedagógico quanto no político, sendo uma ferramenta essencial para a preservação da memória ancestral e da identidade cultural dos povos indígenas. Ferreira, Cruz e Zitkoski (2019) destacam que, ao ser incorporada ao espaço educacional, a língua indígena se consolida como um elemento central da identidade cultural, ocupando também uma posição política relevante. Complementando essa perspectiva, Santos(2017) afirma que as línguas indígenas reforçam a autoestima dos falantes e desempenham um papel simbólico e prático fundamental na construção da autonomia étnica, o que exige que a educação indígena seja pautada por epistemologias e cosmopolíticas próprias dessas culturas. Podemos observar essas contribuições dos autores a fala de um participante: “Sim, nós temos, por exemplo, professores de Tupi, nossa língua mãe. E isso é perfeito para a continuação do nosso aprendizado”.

No contexto da educação indígena, a atuação psicopedagógica adquire um papel crucial, ao ir além de simplesmente reintegrar o aluno ao processo de aprendizagem formal. Ela também serve como um meio de mediar as diferentes formas de conhecimento e as identidades culturais dos estudantes. Claro (2018) ressalta que o trabalho psicopedagógico possui duas vertentes principais: a primeira, centrada diretamente no aluno, visa identificar suas dificuldades e facilitar sua reintegração ao processo de ensino-aprendizagem, adaptando-o às necessidades da educação formal. A segunda vertente envolve a colaboração entre pedagogos, professores e orientadores, buscando detectar e superar os entraves pedagógicos que afetam o aprendizado. No caso dos jovens indígenas, essas barreiras podem estar profundamente ligadas às tensões entre os saberes tradicionais e o

currículo escolar, que muitas vezes desconsidera as especificidades culturais dos estudantes indígenas.

Nesse sentido, a Psicopedagogia não só promove o desenvolvimento individual dos alunos, mas também atua como um elemento essencial na preservação da cultura e identidade. Silva (2012) destaca que a Psicopedagogia oferece condições para que os alunos se desenvolvam com segurança, convivam em harmonia com suas realidades culturais e, ao mesmo tempo, se enquadrem escolar de maneira eficaz. No caso dos jovens indígenas, o trabalho psicopedagógico pode ser determinante para facilitar a conciliação entre os conhecimentos tradicionais e o ensino formal, garantindo que a escola seja um espaço de preservação cultural, em vez de alienação.

Além disso, Pontes (2010) afirma que as intervenções psicopedagógicas precisam ser adaptativas e criativas, exigindo uma escuta ativa e uma abordagem sensível às realidades dos alunos. No contexto indígena, isso significa que o psicopedagogo deve considerar as tradições, cosmologias e práticas culturais dos estudantes ao propor estratégias de ensino. Essa postura é essencial para a escola cumprir seu papel na preservação da identidade cultural, conforme percebido pelos jovens indígenas. Ao oferecer um espaço de diálogo entre o conhecimento formal e os saberes ancestrais, a Psicopedagogia pode contribuir para a valorização da identidade cultural dos estudantes indígenas e para o fortalecimento de suas raízes, ao mesmo tempo, em que apoia seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que a inclusão de conteúdos culturais indígenas no currículo escolar é essencial para fortalecer a identidade dos jovens. A valorização da cultura não apenas enriquece a experiência educacional, mas também contribui para o desenvolvimento emocional e social dos estudantes, promovendo um sentido de pertencimento e autoestima.

A escola deve ser um espaço onde a cultura indígena é respeitada e celebrada. A implementação de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural é fundamental para criar um ambiente inclusivo e acolhedor. Isso requer não apenas a formação de educadores sensíveis às realidades indígenas, mas também a promoção de uma educação que estimule a conscientização sobre direitos e identidades culturais.

As experiências educacionais que integram práticas culturais e atividades vivenciais são cruciais para o aprendizado significativo. A psicopedagogia aponta que a aprendizagem é mais eficaz quando os alunos estão ativamente envolvidos em processos que fazem sentido para suas

vidas. Assim, a promoção de atividades práticas que celebrem a cultura indígena é vital para a formação integral dos jovens.

É importante reconhecer os desafios que ainda persistem na educação indígena, como a falta de recursos, a resistência a mudanças curriculares e a desvalorização da cultura local. A superação dessas barreiras requer um esforço conjunto de educadores, gestores e da comunidade, visando criar um sistema educacional que respeite e valorize as particularidades culturais dos jovens indígenas.

O papel da escola na preservação da cultura e identidade indígena é inegável. A promoção de um ambiente educacional que respeite a diversidade cultural e que reconheça a importância das tradições é fundamental para que os jovens indígenas se tornem agentes ativos na preservação de suas culturas. Essa construção de identidades fortes é essencial para o fortalecimento das comunidades indígenas e para a promoção do respeito à diversidade cultural na sociedade na totalidade.

As limitações desta pesquisa se deu na coleta de dados, uma vez que a pesquisa delimitou a idade mínima para a participação da pesquisa, foi reduzido o alcance de possíveis participantes, como também, o recorte de uma única escola, deixando como sugestão para as próximas pesquisas ampliar a localidade. Apesar das limitações aqui citadas, os objetivos desta pesquisa foram alcançados, visto que foi identificado como os jovens indígenas percebem a presença e a importância dos conteúdos culturais indígenas no currículo escolar. Rastreado como as práticas educacionais nas escolas podem influenciar a identidade cultural dos jovens indígenas. Realizado uma análise Psicopedagógica consoante os resultados.

As implicações dessa pesquisa apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as experiências educacionais dos jovens indígenas e como essas experiências impactam suas identidades e a preservação cultural. A pesquisa também sugere a importância de práticas pedagógicas inovadoras que integrem a cultura indígena de maneira significativa e contextualizada. Além disso, a formação contínua de educadores sobre as questões indígenas é fundamental para promover uma educação mais inclusiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BERGAMASCHI, M. A.; ZEN, M. I. H. D.; XAVIER, M. L. M. de F. Povos indígenas: conhecer para respeitar. In: _____. **Povos indígenas & educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 7-16.

BANIWA, G. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil Contemporâneo. In: RAMOS, A. (Org.). **Constituições nacionais e povos Indígenas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 206-227.

BONIN, I. T. Educação Escolar Indígena e Docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, M. A.; ZEN, M. I. H. D.; XAVIER, M. L. M. de F. (Org.). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 33-48.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII, Capítulo VIII DOS ÍNDIOS Art. 231. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#text=VIII%20%2D%20%C3%A9%20vedada%20a%20dispensa%20grave%20nos%20termos%20da%20lei. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

BROSTOLIN, M. R.; CRUZ, S. F. Ética e educação indígena: reflexões sobre os sentidos do aprender num contexto cultural diferenciado. **Constr. psicopedag.** 2010, vol.18, n.16, pp.45-54. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-69542010000100005&script=sci_abstract

CIAMPA, A. C. A. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CLARO, G. R. **Fundamentos da Psicopedagogia**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DELMONDEZ, P.; PULINO, H. Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 632-641, 1 dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XQTdCCDP7VLdrVyRRYbKgsF/>. Acesso em: 7 de Agosto de 2024.

FERNANDES, Dulcilene Rodrigues. **Formação de professores indígenas: um rito de passagem?** Cuiabá: EDUFMT, 2009.

FERREIRA, W. A. de A.; ZOLA, A.; GRANDO, B. S. Learning of indigenous knowledge in school: Challenges for indigenous teacher training. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 28, p. 165, 2020. DOI: 10.14507/epaa.28.4790. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4790>. Acesso em: 10 sep. 2024.

FERREIRA, W. A. de A.; CRUZ, M. C. Da; ZITKOSKI, J. J. Mulheres Kawaiete e Nambikwara: Guardiãs da língua materna. In: FERREIRA, W. A. de A. et al. (Org). **Mulheres e identidades: Epistemologias do Sul – Mulheres, territórios e identidades**, v. 3, 2019. p. 37-45).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989

GEHRKE, M.; SAPELLI, M. L. S.; FAUSTINO, R. C. A formação de pedagogos indígenas em alternância no Paraná: uma contribuição à interculturalidade e ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. e7350, 2019

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, ed.11, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/marcacao/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 07 Ago 2024.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwO6t6Ppp/?lang=pt#>. Acesso em: 9 jul. 2024.

NASCIMENTO, K. A. O. **O trabalho do psicopedagogo institucional: experiência em uma escola** [de Teresina/PI. In: V fórum internacional de pedagogia, 5., 2013. Santa Maria. Anais...SantaMaria: UFSM, 2013. p. 1-11

NOGARO, A. et al. Pensando a aprendizagem na perspectiva da Psicopedagogia institucional. **Jornadas transandinas de aprendizagem**, 15., 2014. La Plata. Anais... La Plata: Transandinas, 2014. p.166-175.

OLIVEIRA, J. P. de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, A. da C.; RANGEL, L. H. (Orgs.) **Juventudes indígenas: Estudos interdisciplinares, saberes interculturais: conexões entre Brasil e México**. Rio de Janeiro: E-papers, 1.ed., 2017.

OLIVEIRA, B. P. Juventude indígena: fluidez e experimentação. In: OLIVEIRA, A. da C.; RANGEL, L. H. (Orgs.). **Juventudes indígenas: Estudos interdisciplinares, saberes interculturais: conexões entre Brasil e México**. Rio de Janeiro: E-papers, 1.ed., 2017. p. 160-174.

PONTES, I. A. M. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição sim. **Psicopedagogia**, v. 27(84), p. 417-427, 2010.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 8-9.

SANTOS, L. G. J. dos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. Saberes e identidades: Povos, culturas e educações. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, n.62, v.1, p.295-310, 2017.

SILVA, K. C. **Introdução à Psicopedagogia**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SOUZA, J. O. C. de. Reconhecimento oficial da autonomia e da sabedoria dos agentes originários e reorientação do projeto internacional brasileiro. In: BERGAMASCHI, M.A.; ZEN, M. I. H. D.;

XAVIER, M. L. M. de F. (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 17-31.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & Saúde**. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica Ltda., 1994. p.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

TAPEBA, João Kennedy. Entrevista concedida a Roberto Kennedy Gomes Franco, 2017. TAPEBA, Weibe. **II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**, 2017.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. **Análise De Conteúdo Na Perspectiva De Bardin: Contribuições E Limitações Para A Pesquisa Qualitativa Em Educação**. Scielo Preprints, 2024. p. 1-25. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7697. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>. Acesso em: 7 ago. 2024.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Tradução: ANA MARIA BESSA. Lisboa: Edições 70, 1968. p. 236

AGRADECIMENTOS

Ao professor Silvestre, agradeço por todas as orientações e conhecimentos transmitidos, pelos cafés e livros, além de mentor da minha vida acadêmica, é a minha inspiração e espelho de docência e integridade. Ao professor Genilson, que abriu as portas de sua escola e me confiou aos seus alunos, por toda a disponibilidade e suporte durante a nossa parceria, sua luta me encoraja a seguir firme com a minha pequena grande vontade de mudar o mundo com um lápis e um papel.

Esses agradecimentos não poderiam deixar de ir para os meus pais, Rizalva e José, que sempre me apoiaram e incentivaram, fazendo possível e o impossível para a minha vida acadêmica. Da mesma forma que me tornaram quem sou hoje, não há palavras que possam caber em mil páginas para expressar a minha gratidão e orgulho. Ao meu irmão, Felipe, por ser o motivo da minha caminhada.

As minhas colegas de profissão e melhores amigas de uma vida, Livia, Heloisa, Thaynara e Jayanne. O que seria do Simplicio sem seus *et al.*? Me arrisco a dizer que se não fosse por vocês eu jamais conseguiria chegar até aqui, no fim da estrada. Muitos foram os obstáculos no percurso, juntas conseguimos avançar cada etapa e comemorar as nossas vitórias, orgulho imenso de partilhar a área com vocês, que venham mais anos de parceria e amizade.

Ao meu noivo, Paulo Henrique, que acompanhou minha jornada profissional desde o ensino médio, do cursinho a universidade, do estágio ao emprego, e agora me acompanhará no restante da minha vida. Sempre enxergou a Raíssa Simplicio, e me apoiou em todas as decisões profissionais, sendo elas muitas, sensatas ou não.

A mim, que apesar de tantas pedras no meu caminho, pude perceber que era só pedras, e que por muitas vezes eram eu mesma. A minha paixão pela psicopedagogia, que me levou a explorar vastos conhecimentos que edificaram minha vida e que eu possa transmitir o meu aprendizado para ajudar inúmeras outras pessoas. Obrigada Raíssa, por persistir.

Agradeço a Deus, por todas as oportunidades que lhe foram dadas a mim e eu corri para alcançá-las. Por estar presente em minha vida em todos os momentos. Por me mostrar a necessidade de ajudar ao próximo e a respeitar como a mim mesmo. Por me fazer acreditar que eu possa tirar aprendizagem dos meus erros, e em sua virtude, me fazer uma pessoa melhor a cada dia, acreditando na educação.